

Notícias Sindicais, 12/08/14

Monitor Mercantil, 12/08/14

Petrobras: PDV já desligou mais de 3 mil funcionários em 2014

A Petrobras já desligou 3.102 funcionários desde o início do ano como parte Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV da estatal).

A informação foi divulgada hoje pelo diretor financeiro da companhia, Almir Barbassa, durante detalhamento dos resultados financeiros e operacionais da Petrobras no segundo trimestre, na sede da empresa, no centro do Rio de Janeiro.

- Nesse segundo trimestre houve grande adesão. Mais da metade sairá ainda em 2014 - comentou ele.

O número de inscritos passa de 8 mil empregados, cerca de 12% do total, e representa 15% do custo com pessoal previsto para 2014.

O plano de desligamento voluntário foi anunciado em janeiro e a empresa espera economizar cerca de R\$ 13 bilhões até 2018.

Empresa projeta crescimento nas exportações de petróleo no segundo semestre

A Petrobras pretende exportar cerca de 250 mil barris de petróleo por dia, no segundo semestre, 51% a mais que o exportado no primeiro semestre do ano. Essa projeção e outros anúncios foram feitos hoje durante a apresentação para investidores dos resultados da empresa no segundo trimestre, na sede da empresa, no centro do Rio.

Para o segundo semestre de 2014, a empresa também prevê aumento de 4% na produção de derivados de petróleo (2,24 milhões de barris por dia) na comparação com a média do primeiro semestre (2,15 milhões de barris diários). Na apresentação, a companhia voltou a anunciar meta de produção anual 7,5% acima que na última apuração do ano passado.

Segundo o diretor de Exploração e Produção da Petrobras, José Formigli, a ligação de mais um poço à unidade flutuante Cidade de Paraty foi concluída e vai representar produção de mais 30 mil barris de óleo por dia no campo.

Os principais números do segundo trimestre foram divulgados na sexta-feira passada, apontando uma queda de 8% em relação ao trimestre anterior e de cerca de 20% em relação ao mesmo período do ano passado. O resultado, segundo a companhia foi devido à maior alíquota efetiva do Imposto de Renda e ao menor resultado financeiro.

Estatal atinge recordes históricos como operadora de petróleo e gás no Brasil

A produção de petróleo da Petrobras no Brasil atingiu em julho a média de 2 milhões e 49 mil barris/dia (bpd), superando em 2% a produção de junho, que foi de 2 milhões e 8 mil bpd. A produção total de petróleo, incluída a parcela operada pela empresa para seus parceiros, no Brasil, atingiu, em julho, o recorde histórico mensal de 2 milhões 152 mil bpd.

A produção total de petróleo e gás natural da companhia no Brasil foi de 2 milhões 479 mil barris de óleo equivalente por dia (boed). Esse volume é 2,2% maior que o produzido em junho (2 milhões 426 mil boed). A produção total de óleo e gás natural operada pela Petrobras no Brasil também atingiu, em julho, novo recorde histórico: foram produzidos 2 milhões e 634 mil boed.

O crescimento da produção decorreu, principalmente, do aumento do volume produzido pelas plataformas P-58, que começou a operar em março no Parque das Baleias (área norte da Bacia de Campos), e P-62, que opera desde maio no campo de Roncador (Bacia de Campos).

Contribuíram significativamente para o aumento da produção, também, a entrada em operação, no início de julho, de um novo poço ligado ao FPSO Cidade de Rio das Ostras, no campo de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos, para realização de Teste de Longa Duração (TLD), bem como a maior contribuição, no mês, da produção do TLD do FPSO-Dynamic Producer, na área de Iara Oeste, no pré-sal da Bacia de Santos, iniciado no final de junho. Esses testes permitirão a aquisição de importantes informações para o desenvolvimento definitivo dessas áreas.

No mês de julho, seis novos poços offshore começaram a produzir nas bacias de Santos e Campos. Com eles, 36 novos poços já entraram em operação em 2014. Com o início da operação da embarcação do tipo PLSV (Pipe Laying Support Vessel) Sapura Diamante, em 4 de julho, e a chegada de mais cinco unidades desse tipo até o final de 2014, totalizando 19 embarcações, a capacidade de interligação de novos poços da companhia será ainda maior.

A produção do pré-sal atingiu novo recorde mensal em julho, chegando a 480 mil bpd. No dia 13 de julho a produção da camada pré-sal das bacias de Santos e Campos atingiu a marca de 546 mil bpd, configurando um novo recorde diário, ultrapassando em 5% o recorde anterior, que foi de 520 mil bpd, alcançado em 24 de junho. Esses volumes também incluem a parte operada pela Petrobras para seus parceiros.

Vale destacar, ainda, que no dia 10 de julho o FPSO Cidade de São Paulo, instalado no campo de Sapinhoá, atingiu sua capacidade máxima de produção, que é de 120 mil barris por dia, com a

contribuição de apenas quatro poços produtores. Esse resultado confirma a excelente produtividade dos reservatórios desse campo. Além disso, o Teste de Longa Duração na área oeste do Plano de Avaliação de Iara, iniciado no dia 21 de junho, prosseguiu, em julho, com o poço RJS-706 que tem produzido em torno de 29 mil barris diários, confirmando, também, a boa produtividade da área.

Cumprindo planejamento da companhia, foram executadas, em julho, paradas para manutenção em algumas plataformas, o que resultou na interrupção temporária de 41 mil bpd na produção média do mês. Entre as unidades que tiveram a produção interrompida para manutenção, destacam-se: P-54, no campo de Roncador; P-43 e P-48, nos campos de Barracuda e Caratinga; P-57 e FPSO Capixaba, no Parque das Baleias; e FPSO Cidade de São Paulo, no campo de Sapinhoá, no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos. Todas essas unidades já retornaram à produção normal.

O Programa de Aumento da Eficiência Operacional (Proef), iniciado em 2012, continua mostrando excelentes resultados, tendo sido responsável, no mês de julho, por uma produção adicional de 91 mil bpd nas Unidades de Operação da Bacia de Campos e Rio de Janeiro.

Novos sistemas de produção entrarão em operação ao longo de 2014 para garantir o crescimento sustentado da curva de produção prevista no Plano de Negócios e Gestão da Petrobras 2014-2018.

No segundo semestre entrará em operação a plataforma P-61, no campo de Papa-Terra (no pós-sal da Bacia de Campos), que será interligada à plataforma semissubmersível SS-88, unidade de apoio do tipo Tender Assisted Drilling (TAD). Também serão instalados, até o final do ano, os FPSOs Cidade de Mangaratiba, no campo Lula, na área de Iracema Sul, e Cidade de Ilhabela, na área norte do campo de Sapinhoá, ambos no pré-sal da Bacia de Santos. Essas duas plataformas deverão sair dos estaleiros para as respectivas locações nas próximas semanas.

A produção de 68,3 milhões metros cúbicos de gás, em julho, superou em 2,9% a do mês anterior, que foi de 66,4 milhões m³/d. Esse volume é o terceiro recorde histórico consecutivo de produção mensal de gás da companhia. A produção de gás operada pela Petrobras, que inclui a parcela operada para as empresas associadas, também alcançou novo recorde histórico de 76 milhões 558 mil m³/d.

Foi mantido o alto índice de aproveitamento desse gás produzido, com 94,3% no mês de julho. Merece destaque o recorde histórico de aproveitamento de gás da Unidade de Operações de Exploração e Produção do Sul (UO-Sul), que atingiu 99,5%.

No exterior, a Petrobras produziu, no mês de julho, a média de 219,7 mil barris de óleo equivalente por dia (boed), o que representa um aumento de 6,2% em relação aos 206,9 mil boed produzidos no mês anterior.

A produção média de óleo, em julho, de 120,1 mil barris por dia (bopd), ficou 5,5% acima dos 113,8 mil bopd produzidos no mês anterior em função, principalmente, do restabelecimento da produção integral da Nigéria, cuja redução, em junho, deveu-se a uma intervenção, programada e já concluída, no gasoduto de exportação de gás do Campo de Akpo.

A produção média de gás natural no exterior foi de 16 milhões 921 mil m³/d, 6,9% acima do volume produzido no mês de junho, que foi de 15 milhões 828 mil m³/d. Esse aumento deveu-se a uma maior produção no Lote 57, campo de Kinteroni, no Peru, causada pela maior demanda por exportação de GNL a partir desse país.

A produção total informada à ANP foi de 10.112.759 m³ de óleo e 2.493.937 mil m³ de gás em julho de 2014. Esta produção corresponde à produção total das concessões em que a Petrobras atua como operadora. Não estão incluídos os volumes do Xisto, LGN e produção de parceiros onde a Petrobras não é operadora.

Com informações da Agência Brasil

Portal da CUT

CUT-PA repudia privatização da Celpa e assalto ao bolso do trabalhador

11/08/2014

Aumentos na conta de luz - resultado da privatização - chega a 417,33%; CUT-PA exige federalização da CELPA já!

Escrito por: CUT-PA

A CUT-Pa repudia a privatização da CELPA e o efeito nefasto de aumentos na conta de luz no bolso do trabalhador deste então: 417,33%. E exige a federalização-já da CELPA!

1. Neste mês de agosto, um brutal reajuste na conta de luz pesa no bolso da população, no percentual de 34,34%, o maior do país. Além de péssimo, é muito caro o serviço é prestado pela Celpa/Equatorial: quem paga hoje 100 reais, passa a pagar R\$134,34.

2. É o 15º reajuste de energia elétrica da Celpa desde a privatização promovida pelos tucanos em 1998, e já acumula um percentual de mais de 417,33% de reajuste desde a privatização, contra uma inflação de 176,75% no mesmo período. Ou seja, a inflação do período não

chega à metade do que já pesa o reajuste de luz no bolso do trabalhador, segundo dados do DIEESE!

3. A CUT.Pa denuncia e repudia esse reajuste e todo o processo de privatização feito pelos tucanos e que traz como consequência não termos hoje um serviço essencial como o de energia nas mãos do Estado e sim de empresas privadas sem o menor compromisso com o Pará e sua população. Repudia e exige que a CELPA seja federalizada.

4. A situação da CELPA - Centrais Elétricas do Pará é o resultado mais expressivo do processo de privatização de empresas públicas brasileiras, dirigido por FHC-Fernando Henrique Cardoso, pelo ex-governador Almir Gabriel e pelo atual governador Simão Jatene, que comandou o processo em 1998, na condição de secretário de Planejamento do Pará. Hoje quase falida e em recuperação judicial, a Celpa é o mais recente exemplo danoso da privatária tucana. E presta uma péssimo serviço, liderando as reclamações no Procon que só de janeiro a julho recebeu 1.457 reclamações contra a empresa. Carimbo forte e dantesco dos efeitos da privatização no Pará.

5. Há 16 anos, em 9 de julho de 1998, a Celpa foi vendida por US\$ 450 milhões ao grupo Rede Energia, que comprou uma empresa organizada, saudável e cuja saúde financeira sucumbiu em um processo de drenagem dos seus resultados para outras empresas do grupo. Há mais de um ano, o Grupo Rede vendeu a Celpa para a Equatorial que hoje controla a empresa e acelerou um brutal processo de demissões, assédio moral, terceirizações, aprofundando, ao mesmo tempo, a péssima e cara prestação de serviços à população.

6. O primeiro efeito da privatização foi a demissão de mais de 2 mil trabalhadores, parte da qual foi substituída por empregados com salário menores, situação perversa da rotatividade contra a qual a CUT já se posicionou. E recentemente, a Celpa/Equatorial aumentou o processo de demissão. Além da demissão, a nova gestão da Celpa/Equatorial incluiu má administração, terceirização, falta de autonomia e de investimento no sistema, bem como a centralização dos serviços fora do Pará, completamente alheio à realidade Amazônica.

7. Esse conjunto de ações deu um selo à Celpa, em 2010: o inconveniente título de pior distribuidora de energia do país e a que tem as piores condições de trabalho, segundo a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE). E a mesma má administração e falta de investimento na CELPA é responsável hoje por apagões e prejuízos à população de Belém e dos municípios paraenses, deixando no escuro boa parte do povo do Pará, mesmo com recursos advindos do governo federal

8. O Estado do Pará possui a maior hidrelétrica genuinamente brasileira (Tucuruí), exporta energia para o resto do país, algo em torno de 75%, mas os recursos oriundos desses impostos não ficam no Pará, não beneficiam a população paraense. Então, não pode a população paraense ser penalizada pela falta de compromisso de grupos privados que visam somente o lucro e tarifa elevada. Repetimos: desde a privatização da Celpa, a tarifa de energia no Pará subiu mais de 417,33%, contra uma inflação de 176,75%.

9. Ao mesmo tempo em que repudia o reajuste-assalto e a terceirização, demissões e assédio moral praticados pela Celpa/Equatorial, a CUT.Pa reivindica a federalização-já da CELPA, considerando que existem cerca de 30% de ações da Eletrobrás na Celpa e que o fornecimento de energia elétrica é um direito humano e uma atividade essencial, tendo o poder público grande responsabilidade na continuidade desse serviço.

Belém-PA, 7 de agosto de 2014

CUT-PA

Federação Nacional dos Urbanitários

Petistas defendem Gasmig e denunciam privatismo do PSDB e de Aécio

Parlamentares do Partido dos Trabalhadores pronunciaram-se hoje (8) contra a privatização da Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig), que o governo tucano de Minas Gerais afirma ser necessária para a construção de um gasoduto que abastecerá a fábrica de amônia da Petrobras, em Uberaba, no Triângulo Mineiro, prevista para entrar em operação ano que vem. O tema tem sido tratado na Assembleia Legislativa mineira, que tem de alterar a Constituição Estadual para permitir a venda do controle da companhia.

A deputada e vice-líder da Bancada do PT na Câmara, Margarida Salomão (PT-MG), observou que a iniciativa fere os interesses de Minas Gerais e ao mesmo tempo revela que o candidato tucano à presidência da República, senador Aécio Neves, tem mesmo uma prática privatista que contradiz seu discurso de suposta defesa das empresas estatais. "A Gasmig é uma empresa estratégica para Minas Gerais, mas os tucanos querem passá-la para o comando privado, de uma empresa estrangeira", criticou Margarida.

Ela lembrou que os tucanos tentaram privatizar totalmente a Cemig no passado, no governo Eduardo Azeredo, mas a ação foi anulada depois, quando Itamar Franco assumiu o governo do

estado. "A gestão do PSDB em Minas é desastrosa: o aparelho estatal tem sido privatizado e fisiologizado, basta ver a construção de um aeroporto na cidade de Cláudio: usou-se dinheiro público para favorecer a família do senador Aécio".

Privatismo – O deputado Padre João (PT-MG) lembrou que os tucanos querem a privatização da Gasmig a toque de caixa porque, na "gênese do PSDB, há o gosto pela privatização, como foi na era FHC, quando o patrimônio público foi vendido a preço de banana". No caso de Minas, ele lembrou que o foco privatista imprimido por Aécio Neves quando era governador, e depois pelo seu sucessor, o tucano Antonio Anastasia, contaminou toda a administração pública, sem que isso significasse melhoria dos serviços. "Até a Emater, empresa 100 % pública, tem sofrido com essa lógica empresarial, que despreza os interesses da população".

O parlamentar mineiro observou que o "entreguismo" tucano visa a favorecer a empresa espanhola Gás Natural Fenosa (GNF), que conseguiria eventual financiamento pelo BNDES para a construção do gasoduto, embora a própria Gasmig possa fazer essa operação, preservando o interesse público. "O curioso é que essa operação de privatização ocorra num momento de campanha eleitoral, quando procuram-se recursos privados para o financiamento de campanhas", comentou Padre João.

O vice-líder da bancada do PT na Câmara, Fernando Ferro (PT-PE), comentou que o caso mostra claramente que Aécio Neves, ao afirmar que não defende a privatização de empresas estatais, "faz um discurso da boca para fora" - já que os seus correligionários em Minas fazem o oposto do que prega. Ferro lembrou que Aécio está cercado de privatistas que foram denunciados à época do governo FHC (1995-2002) pelas antinacionais privatizações. É o caso de Elena Landau e Pêrsio Arida, "sacerdotes neoliberais que seguem um mantra de que é preciso privatizar e entregar todo o patrimônio público ao capital privado, de preferência estrangeiro". "O discurso de Aécio Neves não engana ninguém".

Histórico – No fim de julho, a Cemig adquiriu os 40% das ações da companhia de gás que pertenciam à Petrobras. Com isso, a estatal mineira passou a deter o controle de 99,57% do capital da Gasmig – a Prefeitura de Belo Horizonte possui 0,43% das ações -, mas afirma que não tem recursos para construir, sozinha, o gasoduto, que terá custo entre R\$ 1,8 bilhão e R\$ 2 bilhões. Para viabilizar a obra, a estatal mineira mantém negociações com a espanhola Gás Natural Fenosa (GNF).

Em 2010, para que a Petrobras aprovasse a construção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados José Alencar (Fafen-JA) em Uberaba, o então governador de Minas e presidentiável Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou que o governo mineiro, por meio da Gasmig, construiria o gasoduto.

Legislação – Hoje, a venda do capital da Gasmig só pode ser feita com a aprovação de três quintos da Assembleia, além de um referendo popular, segundo redação dada ao artigo 14 da Constituição Estadual por projeto aprovado em 2001, na gestão do então governador Itamar Franco (PMDB). E é justamente este artigo que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 68. "Se quisessem privatizar só a Gasmig, era só tirar a classificação de subsidiária", avaliou o deputado estadual Rogério Correia (PT) único representante da oposição ao governo que é membro efetivo da comissão especial encarregada de analisar a proposta.

O maior problema, segundo ele, é a redação genérica do texto, que permite a venda de ações de quaisquer empresas públicas ou de economia mista que não sejam controladas pela administração direta.

Tramitando há menos de duas semanas, o projeto defendido pelo governo de Minas Gerais para privatizar a Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig) sem consulta pública à população do estado foi contestado por diversos deputados e representantes sindicais na audiência pública realizada nesta semana na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Os parlamentares que formam o bloco de oposição pediram a retirada de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 68/14 e foi instalada uma Comissão Especial que irá analisá-la.

"O que está em jogo aqui é a soberania do povo mineiro", afirmou o deputado Adelmo Carneiro Leão (PT), muito aplaudido por funcionários da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), detentora de 60% da Gasmig, que lotaram o auditório. Além da Gasmig, a Cemig Telecom, Cemig Distribuição, Cemig Transmissão e Cemig Geração poderão ser privatizadas por decisão do Executivo caso seja aprovado o projeto.

Fonte: Equipe PT na Câmara, com agências

Portal da CUT

Trabalhadoras da CUT repudiam exigência de comprovante de virgindade em concurso público no Estado de São Paulo

07/08/2014

Secretaria de Educação cobra exames ginecológicos de servidoras que ingressam em cargos públicos
Escrito por: Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT

A Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT repudia a inclusão da comprovação de virgindade como critério para que candidatas aprovadas em Concursos Públicos para provimento em caráter efetivo de cargos de Agente de Organização Escolar, Oficial Administrativo, Executivo Público, Analista Administrativo, Analista Sociocultural, Analista de Tecnologia e Agente Técnico de Assistência à Saúde sejam empossadas.

Repudiamos esse critério por considerá-lo uma manifestação de discriminação contra as mulheres, especialmente com aquelas que ainda não tendo iniciado sua atividade sexual, para tomarem posse em seus cargos necessitam apresentar declaração de seu médico ginecologista para não serem obrigadas a fazerem exames que causam desconforto.

Repudiamos essa ação do Estado que interfere na privacidade da mulher e reverta em preconceito e discriminação. É um absurdo que em pleno século 21 o Estado cause constrangimento e interfira legalmente sobre o corpo das mulheres obrigando-as a submeter a exames, sobretudo esses exames não tem interferência no exercício da função para a qual estão sendo selecionadas.

Repudiamos o argumento utilizado pelo Estado de que as pessoas precisam estar sem nenhum problema físico ou mental. Essa explicação não encontra bases reais, pois várias doenças apresentadas pelas mulheres, sendo tratadas, não inviabilizam o trabalho.

Repudiamos a exigência de exames ginecológicos em seleções e concursos. Essa prática é abusiva. Viola o princípio da dignidade da pessoa humana, presente na Constituição Federal de 1988.

Repudiamos essa prática por violar o Princípio da Igualdade e o Direito a Intimidade, Vida Privada, Honra e Imagem, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para admissão ou de permanência da relação jurídica de trabalho.

Repudiamos essa ação por tratar de cerceamento a direitos, a liberdade e autodeterminação das mulheres e conclamamos a todas e todos a se manifestarem contra esse ato de discriminação e preconceito.

Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT

Portal da CUT

Governo federal diz que exigência de exames ginecológicos em concursos pelo governo de SP é abusiva

11/08/2014

Secretaria de Políticas para as Mulheres se posiciona contra qualquer exigência que envolva a privacidade da mulher e reverta em preconceito e discriminação

Escrito por: Vanessa Ramos/CUT-SP

Em meio às polêmicas por causa de concursos do governo de São Paulo que obrigam, desde 1993, mulheres concursadas de todas as categorias a realizarem exames ginecológicos, a colposcopia e o papanicolau e, ainda, estabelece que as mulheres que ainda não tiveram relação sexual apresentem declaração de seu médico ginecologista para comprovar a virgindade, a CUT São Paulo solicitou posicionamento do governo federal sobre o tema. Leia, na íntegra, as respostas enviadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

CUT-SP: Até que ponto um exame médico influencia em uma profissão e deve ser exigido?

SPM-PR - A Secretaria entende que as condições de saúde requeridas nos exames admissionais devem respeitar a lógica da razoabilidade, e cabe à junta médica analisar unicamente a aptidão física e mental do candidato e da candidata para exercer o cargo, e exames conexos às funções desenvolvidas.

Qual o limite da invasão de um corpo e até onde se considera a atitude como discriminatória?

A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) é contra qualquer exigência que envolva a privacidade da mulher e reverta em preconceito e discriminação. A exigência de exames médicos em seleções e concursos deve se ater às exigências e limites legais.

Uma trabalhadora que apresentar problemas ginecológicos pode ser considerada inapta para um concurso público?

Não. Se houver situações gravíssimas, como doenças em casos avançados que tornem a mulher inapta para o trabalho ou a função, isso deverá ser avaliado em caso específico.

No que a exigência de exames ginecológicos ou de comprovante de virgindade fere os direitos da mulher?

A exigência de exames ginecológicos (colposcopia e colpocitologia oncótica) em seleções e concursos é abusiva, pois viola o princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado no inciso III do artigo 1º da Constituição Federal de 1988, bem como o artigo 5º da Constituição inciso X, que dispõe sobre o Princípio da Igualdade e o Direito a Intimidade, Vida Privada, Honra e Imagem e

reafirmado na lei nº 9.029, de 1995, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho. E ter ou não ter vida sexual não pode ser um quesito em nenhuma seleção; esta é uma questão que não se relaciona de nenhuma forma à vida profissional.

Portal da CUT

Deputados adiam votação de projeto que proíbe a utilização do amianto em Santa Catarina

11/08/2014

CUT seguirá mobilizada pela aprovação do projeto; votação foi marcada para 2 de setembro

Escrito por: Sílvia Medeiros/CUT-SC

Manhã do dia 5 de agosto, trabalhadores e trabalhadoras de diversas regiões do estado lotaram a sala de Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Com cartazes nas mãos com a imagem de um trabalhador adoentado, a reivindicação daquelas pessoas era pela aprovação do projeto que proíbe a comercialização e extração do amianto no território catarinense.

Bancários, comerciários, trabalhadores do serviço público municipal, federal, professores, trabalhadores da construção civil, metalúrgicos, trabalhadores em edifícios e na alimentação, organizados pela Central Única dos Trabalhadores, a CUT (única central presente na votação do projeto), estavam unidos para pressionar os deputados que fazem parte da Comissão para que aprovassem este projeto que visa à garantia de saúde para centenas de trabalhadores que tem contato com este mineral cancerígeno.

Santa Catarina ainda não tem regularizado a proibição da comercialização deste produto. Cinco projetos anteriores já foram apresentados na Assembleia Legislativa, visando a proibição do amianto. Os cinco foram rejeitados por alguns deputados estaduais, alegando inconstitucionalidade.

Desta vez a deputada Ana Paula Lima (PT) pediu vistas ao projeto e encaminhou um relatório apurado do Ministério Público do Trabalho – MPT, que apresentou detalhadamente os malefícios deste mineral para a saúde pública, em especial aos trabalhadores que tem contato com o amianto.

A posição dos deputados - A deputada Ana Paula, após ler o relatório do MPT, fez as suas considerações destacando que em Santa Catarina não possuem jazidas e minas de extração do mineral e que a única fábrica no estado que ainda produz telhas com amianto, divulga em seu site de vendas a mesma telha produzida sem este mineral cancerígeno. "Vemos com isso que Santa Catarina já está preparada para retirar de comercialização este produto que traz tanto malefícios aos trabalhadores e a sociedade em geral", de acordo com o relatório lido pela deputada, as doenças relacionadas ao amianto, não são um problema meramente ocupacional, mas um problema de saúde pública sendo considerado a maior catástrofe sanitária do século XX.

O relator do projeto, deputado Nei Ascari (PSD), que no ano passado já tinha se colocado contrário ao banimento do amianto em Santa Catarina, pressionado pelos trabalhadores que estavam na Sala de Comissão, pediu para avaliar com mais profundidade o projeto e solicitou o adiamento da votação. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Marcos Vieira (PSDB), encaminhou a votação para 2 de setembro.

O deputado Neodi Saretta (PT), parlamentar responsável pela Frente Parlamentar de Saúde do Trabalhador destacou a urgência na votação deste projeto que está relacionado à saúde. "Esse projeto já vem sendo debatido a muito tempo nessa casa. Precisamos nos posicionar com urgência, pois a vida de centenas de pessoas depende do nosso parecer", salientou Neodi.

O deputado estadual Jailson Lima (PT), perguntou aos parlamentares quais deles tinham a casa coberta com telhas do amianto, segundo Jailson esse tipo de material é utilizado em casas de pessoas de baixa renda e que a demora na aprovação deste projeto resultava em mais adoecimento e até mortes de trabalhadores. "A doença se desenvolve não é pela frequência do contato, uma semana a mais ou a menos, pode significar mais uma pessoa desenvolvendo uma doença, como o câncer de pleura ou intestinal. Estou colocando isso porque, do que adianta discutirmos se a lei é constitucional ou inconstitucional se nos cabe decidir se temos direito a matar ou não?", disse o deputado. Jailson salientou também que a utilização do amianto está sendo debatido desde o século passado e de acordo com ele este debate não pode mais se postergar.

Posição da sociedade catarinense - A reunião da comissão também foi acompanhada pela procuradora do Trabalho, Márcia Cristina Kamei Lopez Aliaga, pelo Procurador Federal, Maurício Pessutto e pela geóloga Ana Amélia Alves, cidadã catarinense que organizou um abaixo-assinado com mais de 25 mil assinaturas. "Entreguei as assinaturas para o presidente da Comissão e a deputada Ana Paula Lima, espero que os deputados levem em consideração esse apelo da sociedade catarinense que pede o fim da comercialização e extração do amianto", declarou Ana que

voluntariamente elaborou esse abaixo-assinado e coletou um número de assinaturas expressivas, pedindo o fim do amianto no estado.

A professora Anna Julia Rodrigues, secretária-geral da CUT-SC, participou da reunião da comissão e destacou que a central fará visitas aos deputados para sensibilizá-los no voto favorável ao projeto. "Nós enquanto CUT, faremos visitas aos parlamentares, para mostrar à eles a importância desse projeto na garantia de melhores condições de trabalho e de vida à toda a sociedade catarinense. Também vamos nos organizar para que no dia 02 de setembro, dia em que a votação foi adiada, os trabalhadores estejam presente na Alesc para pressionar os deputados pelo voto favorável".

Portal Mundo Sindical

IBGE propõe acordo para encerrar greve de servidores

A direção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou nesta sexta-feira, 08, uma proposta ao sindicato nacional de servidores do órgão, o ASSIBGE-SN, para que seja encerrada a greve no instituto. É possível que os funcionários voltem ao trabalho já na próxima semana.

Em reunião realizada nesta sexta na sede do instituto, no Rio de Janeiro, foi apresentada uma proposta aos grevistas sobre o pagamento dos salários descontados e a reposição dos dias parados. "Se houver retorno ao trabalho até a quarta-feira, 13 de agosto, ainda será possível pagar o mês de julho na próxima folha de pagamento", informou o sindicato, em nota.

Quanto aos salários dos meses de maio e junho, o sindicato disse que a direção se comprometeu a negociar com o Ministério do Planejamento para que sejam pagos em uma única parcela.

O IBGE confirmou que as propostas foram apresentadas aos representantes do ASSIBGE-SN, mas que o acordo para que os grevistas voltem ao trabalho só poderá ser assinado depois que o fim da greve for aprovado nas assembleias regionais, que serão realizadas em todas as unidades do instituto pelo País ao longo da próxima segunda e terça-feira. Caso as assembleias decidam pelo retorno ao trabalho, como indicado pela plenária do sindicato nacional, a direção propôs firmar os termos do acordo já na quarta-feira que vem.

A greve de servidores no IBGE teve início em 26 de maio. A paralisação impediu a divulgação da taxa de desemprego para as seis principais regiões metropolitanas do País, apurada pela Pesquisa Mensal de Emprego. Os dados de Salvador e Porto Alegre não ficaram prontos a tempo por dois meses consecutivos, referentes a maio e junho, e até hoje não foram divulgados. A coleta das informações da Pnad Contínua também atrasou em seis Estados.

O órgão informou que a adesão de funcionários ao movimento grevista está atualmente em 8% e que a Diretoria de Pesquisas está realizando um levantamento para verificar o que foi prejudicado e o que está atrasado por causa da paralisação.

Os grevistas tinham uma extensa pauta de exigências no início do movimento, mas não houve avanço nas negociações. A direção do instituto mostrou-se irredutível até sobre a principal reivindicação do sindicato, que era a reintegração de temporários que não tiveram seus contratos renovados por terem aderido à greve.

A única concessão da direção foi no sentido de formar dois grupos de trabalho: o primeiro para formular um projeto de carreira para os servidores que permita a equiparação dos salários aos de órgãos do ciclo de gestão, como o Banco Central; e outro grupo para avaliar a questão dos temporários dentro do instituto.

Fonte: Daniela Amorim/Estadão - 11/08/2014

Portal Mundo Sindical

Empresa telefônica está com mais de 117 mil serviços pendentes no RS

Desde o fim da greve dos funcionários de uma empresa terceirizada da Oi no Rio Grande do Sul, há um mês, 80.942 reparos técnicos estão pendentes, 32.300 novas instalações estão paradas e 4.310 linhas aguardam a migração, ou seja, mudança de endereço. Os dados foram passados pelo Sindicato dos Telefônicos do Estado nesta sexta-feira (8).

O total de serviços pendentes é de 117.552. Conforme o diretor de imprensa do sindicato, Marcene Santana do Nascimento, a situação reflete as demissões realizadas pela empresa RM, contratada para prestar serviços em todo o estado.

"Há um processo na Justiça do Trabalho, pois a RM reduziu o número de trabalhadores. Era próximo a 3 mil, e hoje está em torno de 2,2 mil e não abriu novas vagas. Só que a demanda dos clientes continuam", apontou Nascimento.

A greve que durou 29 dias no último mês exigia melhores condições de trabalho e salários, e abrangeu o estado de Santa Catarina e Bahia. O desfecho se deu após uma decisão judicial. Conforme o sindicato, em todo o país são mais de 300 mil serviços de reparos técnicos pendentes.

Procurada pelo G1, a Oi contesta os números repassados pelo sindicato sobre a quantidade de serviços e reparos em andamento no Rio Grande do Sul. Por meio de nota, a empresa declarou que fatores como chuva e a greve de terceirizados, ocorridas entre junho e julho, acarretaram dificuldades no atendimento às solicitações dos clientes no Rio Grande do Sul.

A companhia garante, no entanto, que iniciou um plano de contingência com objetivo de acionar equipes próprias e contratadas para garantir a prestação de serviço em regiões afetadas e que os trabalhadores operam de forma ininterrupta para atender às solicitações pendentes.

A Oi também declarou que "reitera o compromisso com a evolução da qualidade do atendimento dos serviços de telecomunicações, com investimentos de mais de R\$ 1,1 bilhão no estado nos últimos cinco anos. No 1º trimestre de 2014 já foram investidos R\$ 62 milhões, priorizando investimentos em suas redes de telecomunicações, com foco no tripé Operações, Engenharia e TI, para melhoria da qualidade do serviço aos clientes em todas as regiões".

Fonte: G1 - 11/08/2014

Portal Mundo Sindical

8 mil operários de empreiteiras de Cubatão entram em estado de greve

Os cerca de 8 mil trabalhadores das 15 empreiteiras que prestam serviços à Usiminas decidiram, em assembleia, decretar estado de greve. A categoria que está em campanha salarial, recusou a contraproposta apresentada pelas empresas terceirizadas.

No começo das negociações os operários reivindicavam a correção dos salários com base na inflação dos 12 meses – anteriores à data-base em agosto – mais o mesmo percentual de aumento real, o que daria 13,2% de acréscimo salarial.

As terceirizadas, por sua vez, ofereceram 6,6% sobre os salários, cesta básica e a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR). A proposta foi recusada, mas os funcionários acenaram com uma nova pedida.

Ao invés de 13,2% de reajuste, os trabalhadores reivindicam 10% de aumento, com PLR correspondente a 1,3 salário e cesta-básica de R\$ 300.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Montagem e Manutenção Industrial (Sintracomos), Marcos Braz de Oliveira, demonstra insatisfação com as condições de trabalho e os salários pagos aos funcionários das empreiteiras. "É o único local onde ganhamos abaixo do piso da categoria".

Mesmo assim, ele afirma ter insistido para que a categoria continuasse com a negociação. Segundo o sindicalista, caso a campanha salarial chegue ao Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), os juízes saberão que os operários e o sindicato, antes de optarem por deflagrar a greve, investiram nas negociações.

"Poderíamos ter decretado a paralisação das atividades já para a semana que vem, mas achamos melhor aguardar o bom senso das empresas para evitar desgastes. Isso mostra que não somos intransigentes".

Assembleia

Na próxima quinta-feira às 18h30 a categoria se reunirá, novamente, em assembleia, na subsede do Sintracomos em Cubatão para apreciar uma possível contraproposta das empresas. O sindicato fica na Rua Joaquim Miguel Couto, 337, Centro.

Resposta

Em nota, a Usiminas diz que a usina permanece operando normalmente e que não participa das negociações. "Elas acontecem diretamente entre as empresas que prestam serviços na área industrial da empresa e o Sindicato da Construção Civil", diz o texto.

Fonte: A Tribuna - 11/08/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato dos metalúrgicos aprova reajuste de 8% em Caxias do Sul, RS

Uma assembleia geral realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, na Região da Serra gaúcha, na manhã deste sábado (9), aprovou por unanimidade reajuste de 8% - sendo 7% na data base (1º de junho) e 1% complementar em janeiro. A proposta acordada foi definida em reunião de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho, em Porto Alegre, no dia 1º de agosto. As empresas haviam proposto reposição da inflação, que é de 6,08%.

A proposta muda também o piso salarial da categoria, que passará a ser unificado pelo maior valor, não havendo mais a distinção por tamanho de empresa. Assim, o piso será reajustado pelo

mesmo índice dos salários. Já nas cláusulas sociais, houve avanço no auxílio-creche, que passa dos atuais quatro anos e meio para cinco anos.

Quanto às horas paralisadas durante as mobilizações, 50% das horas paralisadas serão abonadas e as demais poderão ser compensadas facultativamente pelos trabalhadores, sem prejuízos para cálculos de PLR, final de semana remunerado e férias.

Fonte: G1 - 11/08/2014

Portal Mundo Sindical

GM tornará layoff oficial em São José dos Campos

Terminou sem acordo na sexta-feira, 8, uma reunião entre a General Motors e o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP) e Região. Segundo a entidade que reúne os trabalhadores, a montadora tornará oficial nesta semana a proposta de layoff, suspensão temporária dos contratos de trabalho, que será submetida aos trabalhadores.

A GM não informa quantos trabalhadores terão seus contratos de trabalho suspensos nem em que setores. O sindicato acredita em aproximadamente mil. Em comunicado emitido no dia 8, a fabricante reafirmou ao sindicato que garantirá aos empregados envolvidos no layoff que eles retornarão ao trabalho após este período. Por temer a demissão em massa, porém, o sindicato vai intensificar a campanha pela estabilidade no emprego, pleiteada desde a segunda quinzena de julho, quando a GM comunicou sua intenção de realizar o layoff em São José dos Campos com a distribuição de material impresso.

Os representantes dos metalúrgicos recordam que um ano atrás a GM assinou um acordo com o sindicato em que previa R\$ 2,5 bilhões para a produção de um novo carro na fábrica, com a geração de 2,5 mil postos de trabalho. Até o momento, porém, a General Motors não oficializou o compromisso. Atualmente, a unidade vale-paraibana produz a picape S10, o utilitário esportivo Trailblazer, kits para exportação e motores, entre outros itens.

Fonte: Automotive Business - 11/08/2014

Diap, 12/08/14

Congresso em 'recesso branco'; campanha eleitoral ganha ritmo

Semana agitada por conta das eleições. Os candidatos à presidente da República serão entrevistados pelo Jornal Nacional da TV Globo, o telejornal de maior audiência no país. Pesquisa do Instituto Sensus sobre sucessão presidencial deve ser divulgada a partir de sexta-feira (15). Também haverá sondagens para governador e presidente em 12 estados. O primeiro debate para eleições estaduais será realizado na quinta-feira pela TV Bandeirantes.

Propaganda eleitoral

A propaganda eleitoral só começa a ser veiculada a partir da próxima semana, no dia 19 de agosto e vai ser finalizada no dia 2 de outubro, em 1º turno.

Congresso

Legislativo estará em "recesso branco" até o final do mês de agosto. A previsão de novo esforço concentrado é no início de setembro, entre os dias 2 e 3.

Sensus

Na terça-feira (12), o instituto Sensus conclui pesquisa de intenção de voto para presidente da República e avaliação do governo da presidente Dilma Rousseff. A íntegra da pesquisa, feita com 2 mil eleitores e iniciada no sábado (9), deve ser publicada na revista IstoÉ do próximo final de semana. Alguns dados poderão ser conhecidos já na noite de sexta-feira (15).

Governadores

Entre quinta e sexta-feira, Datafolha e Ibope divulgam uma série de pesquisas para senador, governador e presidente da república em diversos estados. O Datafolha foi a campo em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Distrito Federal, Paraná, Minas Gerais e Ceará. O Ibope está fazendo sondagens em Alagoas, Piauí, Goiás e Rio Grande do Norte. Na quinta-feira, a TV Bandeirantes realiza o primeiro debate entre os candidatos a governador.

Cade

Esta semana, vencem os mandatos de dois conselheiros do Cade: Alessandro Octaviani (12 de agosto) e Eduardo Pontual (15 de agosto). Eles não podem ser reconduzidos. A presidente Dilma Rousseff ainda não indicou os substitutos. A lei determina que as decisões do conselho sejam tomadas por maioria, com quórum mínimo de quatro membros e obrigatoriedade de três votantes. Portanto, mesmo com o término de dois mandatos, o Cade continuará apto a deliberar, pois restarão quatro membros (o presidente e três conselheiros).

Confaz

Na sexta-feira (15), o Confaz se reúne para discutir proposta a ser apresentada ao senador Luiz Henrique (PMDB-SC) para convalidar os incentivos fiscais que não tiveram aprovação unânime

do conselho e, por isso, são considerados inconstitucionais. Luiz Henrique é senador de projeto de lei complementar sobre o tema no Senado. O relator pediu aos secretários e ao Ministério da Fazenda que finalizem a nova proposta até o final de agosto. Assim, o assunto poderia ser debatido na primeira semana de setembro, quando haverá atividade legislativa no Congresso Nacional.

CPI Mista da Petrobras

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Petrobras ouve nesta quarta-feira (13) o ex-diretor da área internacional da estatal Nestor Cerveró, autor do documento que serviu de base para que o conselho administrativo da empresa aprovasse a compra da refinaria de Pasadena (EUA). Cerveró já esteve na CPI exclusiva do Senado e negou as acusações de que teria agido de má-fé na negociação.

Conselho de Ética

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados ouve, nesta quarta-feira (13), Douglas Alberto Bento, testemunha de defesa do deputado Luiz Argôlo (SD-BA). O parlamentar é acusado de envolvimento com o doleiro Alberto Youssef, preso na operação Lava Jato, da Polícia Federal. O pedido de investigação contra Argôlo foi apresentado pelo PSol e pela Mesa Diretora da Câmara com base em reportagens da revista Veja e do jornal Folha de S.Paulo que citam mensagens trocadas entre o doleiro e o deputado sobre a transferência de R\$ 120 mil para a conta do chefe de gabinete do parlamentar, Vanilton Bezerra. De acordo com a Folha, Argôlo também teria recebido do doleiro dois caminhões de gado. Em depoimento no Conselho de Ética Bezerra negou ter recebido dinheiro. Douglas Bento vai ser ouvido no plenário 11, a partir das 10 horas. *(Com Arko Advice)*

Veja, a seguir, a previsão dos principais acontecimentos políticos desta semana:

Segunda-feira (11)

- Presidente Dilma Rousseff se reúne com militantes estudantis.
- Aécio Neves, candidato do PSDB à presidência da República, concede entrevista ao Jornal Nacional (TV Globo).
- Portal G1 entrevista Eduardo Campos, candidato a presidente da República pelo PSB.
- Diretor de Assuntos Internacionais e de Regulação do Banco Central, Luiz Awazu Pereira, participa da Reunião do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec).

Terça-feira (12)

- Eduardo Campos, candidato do PSB à presidência da República, concede entrevista ao Jornal Nacional (TV Globo).
- Ex-presidente Lula vai lançar, ao lado da presidente Dilma Rousseff em Brasília, o site "O Brasil da mudança", com dados sobre os governos do PT nos últimos 12 anos.
- Instituto Sensus conclui pesquisa de intenção de voto para presidente da República e de avaliação do governo da presidente Dilma Rousseff.
- Termina o mandato de Alessandro Serafin Octaviani Luis como conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).
- Último dia para os Tribunais Eleitorais realizarem sorteio para a escolha da ordem de veiculação da propaganda de cada partido político ou coligação no primeiro dia do horário eleitoral gratuito.

Quarta-feira (13)

- Presidente Dilma Rousseff se reúne com os movimentos de mulheres, em Brasília.
- Presidente Dilma Rousseff, candidata à reeleição, concede entrevista ao Jornal Nacional (TV Globo).

Quinta-feira (14)

- TV Bandeirantes realiza debate entre os candidatos a governador dos estados.
- Pastor Everaldo, candidato do PSC à presidência da República, concede entrevista ao Jornal Nacional (TV Globo).
- Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulga o coeficiente de abertura comercial, que acompanha o grau de integração da economia brasileira com a economia mundial.
- Prevista divulgação de pesquisa Datafolha para senador, governador e presidente em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Distrito Federal, Paraná, Minas Gerais e Ceará.

- Prevista divulgação de pesquisa Ibope para senador, governador e presidente em Alagoas, Piauí, Goiás e Rio Grande do Norte.

Sexta-feira (15)

- Prevista divulgação de pesquisa Sensus sobre sucessão presidencial e avaliação do governo da presidente Dilma Rousseff (PT).

- Reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para discutir convalidação dos incentivos fiscais concedidos sem aprovação unânime do colegiado.
- Termina o mandato de Eduardo Pontual Ribeiro como conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Organizado por Ernesto Germano